

SINTUNESP

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP

Em reunião com o Sindicato, reitoria insiste no aguardo do dissídio para voltar a discutir a equiparação

Até quando os técnico-administrativos ficarão à margem das prioridades?

Na manhã de 24/2/2026, aconteceu uma reunião entre reitoria e Sintunesp. A reitoria da Unesp, professora Maysa Furlan, estava acompanhada da professora Adriana Marcantonio (chefe de gabinete), professor Edson Capello (pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão), Regiane Marcondes Carregari (coordenadora da Coordenação Geral de Pessoas - CGP), Rogério Buccelli (assessor-chefe da Assessoria de Planejamento Estratégico - APE) e Edson Cabral (assessor jurídico chefe). Pelo Sintunesp, estavam os diretores Alberto de Souza, Claudio Roberto Ferreira Martins, João Carlos Camargo de Oliveira, Aparecida Mesquita Romero, Leonardo Lopes Fiorini, Luiz Borges Gomide do Nascimento e Rosana Aparecida Bicudo da Silva.

Anteriormente agendada para 29/1, adiada a pedido da reitoria, a reunião teve como tema central a equiparação. A representação do Sintunesp ressaltou o descontentamento e a indignação dos servidores técnico-administrativos pelo não pagamento de uma referência em dezembro/2025, já prevista na peça orçamentária do ano passado. A categoria deflagrou uma greve no início de dezembro, que ainda prossegue no campus de Araraquara.

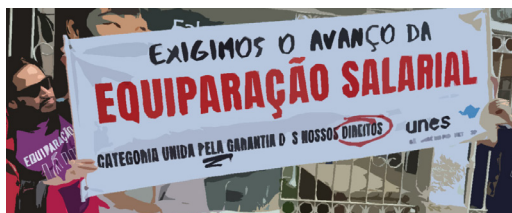
Os representantes do Sintunesp destacaram que a conduta da atual gestão não traduz a postura assumida durante a campanha da chapa "Unesp sempre viva e plural". Ainda que a equiparação não compusesse os materiais dos então candidatos, suas falas eram explícitas de que seria possível concluí-la no decorrer do mandato.

As afirmações do assessor da APE em sessões do Conselho Universitário no final do ano, atribuindo à concessão de quatro referências nos anos de 2023 e 2024 as dificuldades orçamentárias atuais, foram bastante criticadas. Os diretores sindicais ressaltaram que, ao contrário, o fato de a Unesp não equiparar os salários dos seus técnico-administrativos aos da USP tem gerado bastante economia à Universidade. Também foi dito que as referências foram fruto da mobilização dos trabalhadores.

Lembrando que a função mais defasada na Unesp ainda requer quatro referências para se igualar à USP, os representantes pontuaram que o valor completo da equiparação pode parecer pequeno para os servidores docentes, mas faz toda a diferença na qualidade de vida dos servidores técnico-administrativos, especialmente os dos níveis médio e fundamental. Garantir remuneração igual para trabalhos iguais no âmbito das universidades é, acima de tudo, uma questão de dignidade.

É preciso garantir aos técnico-administrativos o mesmo tratamento conferido aos docentes que, de modo justo, têm seus salários equiparados e sua carreira em andamento, afirmaram os representantes. Além de não serem equiparados, os técnico-administrativos da Unesp estão há 12 anos sem carreira, o que gera um prejuízo expressivo, pois a maioria já poderia ter conquistado três ou quatro referências neste período a título de progressão.

Também foram feitas críticas à divulgação de números que nem sempre se concretizam, mas são utilizados para justificar o fato de que a categoria técnico-administrativa é a última na lista de prioridades da gestão. É o



caso da previsão de que o pagamento da referência em dezembro faria o comprometimento com folha de pagamento da Unesp ultrapassar os 90%. Considerando que o comprometimento ficou na casa dos 87% em dezembro/2025 e em janeiro/2026, o pagamento de uma referência, que impacta o total da folha em aproximadamente 2%, certamente não levaria a isso.

Em relação ao financiamento da Unesp, foi ressaltado que, ao mesmo tempo em que a gestão diz que a reforma tributária traz incertezas, ela planeja o futuro partindo do princípio de que o repasse se manterá o mesmo. Esse seria o momento de avançarmos nas nossas demandas, fazer justiça com os técnico-administrativos e, posteriormente, mostrar para o governo do Estado qual o repasse necessário para o financiamento da Universidade.

A posição da reitoria

Por mais que os argumentos apresentados pela gestão tenham sido amplamente rebatidos e os representantes cobrado a necessidade de algo concreto como fruto da reunião, a reitoria continuou insistindo na necessidade de aguardarmos o desfecho da data-base 2026, quando será negociado o reajuste salarial. Segundo a professora Maysa, se a arrecadação do ICMS apresentar alguma "surpresa" em março e abril, podem ocorrer novas negociações. Caso contrário, até lá ocorrerão somente reuniões da comissão de equiparação. Ela frisou várias vezes que "estamos avançando" e que há a "disposição em conversar".

Contraditoriamente, embora insistisse que é preciso aguardar o dissídio, a reitoria sugeriu que o Sindicato apresentasse uma proposta. Os representantes lembraram que a proposta do Sintunesp é clara (pagamento da referência prevista em dezembro) e que a "disposição em conversar" não foi traduzida, em nenhum momento, em negociações efetivas e na apresentação de alguma contraproposta da reitoria, mesmo em meio à greve.

Segue a luta

A equiparação continua sendo nossa principal bandeira e seguiremos lutando por ela, junto outras reivindicações importantes, como é a retomada da nossa carreira, o restabelecimento do histórico da carreira de todos os servidores reenquadrados no final de 2023, a paridade nos órgãos colegiados e nas eleições universitárias (queremos igual 'peso' para os três segmentos) e o atendimento das reivindicações na data-base.

A autonomia e o financiamento das universidades estaduais também estarão no centro das atenções. Em 2026, organizados no Fórum das Seis, vamos lutar para que os recursos destinados às universidades estaduais paulistas não sofram prejuízos e sejam ampliados, em meio às mudanças que chegam com a reforma tributária.

**ISONOMIA TEM QUE SER DIREITO DE TODAS E TODOS!
IGUAL TRABALHO, IGUAL SALÁRIO! A LUTA VAI PROSSEGUIR!**